



Tempo de olhar para outras formas de avaliar os professores

José Manuel Fernandes, 2008/11/14

Há várias formas de olhar para o tema da avaliação dos professores. Uma é limitar a discussão a uma dicotomia: o ministério quer avaliação, os professores não querem ser avaliados. É uma leitura errada, como todas as que descrevem a realidade apenas a preto a branco. Outra é tornar o problema da oposição dos professores a este sistema de avaliação, através do "método simplificado" aplicado o ano passado pela equipa de Maria de Lurdes Rodrigues aos professores, que, se não houvesse qualquer avaliação, seriam seriamente prejudicados, ou "simplificar o método" até ao limite absurdo de classificar todos por portaria, como decidiu fazer Alberto João Jardim. Outra ainda é regressar ao antigo sistema, em que verdadeiramente não existia uma avaliação que distinguisse os melhores. Ou, o que pode acabar por ser ainda pior, insistir num sistema que, apesar de todas as explicações do ministério, é burocrático, pesado e injusto, arriscando com isso a que aconteça ao sistema educativo o mesmo que aconteceu no sistema financeiro: todos estão a ver que vão esbarrar num muro, mas ninguém faz nada de sério para o evitar, caminho a que pode levar a actual teimosia. E, por fim, perceber que há muitos caminhos que levam a Roma, isto é, a um sistema de avaliação que melhore a qualidade do nosso sistema de ensino.

Por isso, mesmo muito podendo ser dito sobre o documento que ontem a ministra distribuiu aos jornalistas, prefiro regressar a alguns pontos que, no passado domingo, adiantei em editorial como podendo ser a base de outro sistema de avaliação. Recordo-os: "fornecer indicadores sistemáticos e uniformes sobre a evolução dos alunos, o que exigiria provas nacionais realizadas com seriedade"; "dar mais autonomia às escolas e criar mais mecanismos de interacção com as comunidades locais"; "um estatuto da carreira docente mais flexível e que permitisse às escolas fazerem ofertas de emprego diferenciadas aos docentes que quisessem motivar para os seus projectos educativos"; e, por fim, "permitir que as famílias tivessem mais liberdade na escolha das escolas".

A razão por que regresso a estes pontos prende-se com o conteúdo de um artigo publicado no Boston Globe, artigo que conheci através de um blogue de autores anónimos, mas que tem um especial ódio pelo PÚBLICO e por mim em particular. Talvez por descuido, certamente inebriados pelo título (Want better schools? Hire better teachers - Querem escolas melhores? Contratem melhores professores) esses inimigos de estimação não repararam que as teses defendidas pelo autor, professor na Universidade de Harvard, se aproximam muito das que defendi nesse texto.

O ponto de partida do autor é que conseguir melhorar a qualidade dos professores produz melhores resultados do que, por exemplo, diminuir o número de alunos por turma. Apesar deste ponto parecer evidente, Edward L. Glaeser cita estudos onde os incrédulos podem ir tirar dúvidas. E que defende ele? Que é necessário conhecer a qualidade dos professores, "o que implica que as promoções devem ser baseadas numa medição clara dos resultados obtidos, nomeadamente através das notas dos seus alunos nos exames". Repito: resultados dos alunos nos exames. Ou seja, a minha primeira sugestão. Que, contudo, é contrariada por uma política de exames nacionais que, de acordo com palavras recentes da

ministra da Educação, só servem para comparar os alunos entre eles, não para permitir outras avaliações ou sequer para medir a evolução da qualidade de ensino de um ano para o outro.

A segunda sugestão de Edward L. Glaeser é que, para atrair os melhores para a profissão de professor, é necessário "premiar o talento e não erguer barreiras burocráticas que dificultem o seu sucesso profissional". Aqui não posso reivindicar uma coincidência na proposta, mas apenas por omissão: as críticas que tenho feito ao sistema imposto pelo ministério é a burocracia que comporta e o centralismo que lhe está associado. Não existindo essas barreiras, o autor sugere que os responsáveis pelas escolas possam "escolher os melhores professores", nomeadamente pagando-lhes melhor e responsabilizando-se pelos resultados perante a comunidade e os pais. Os bons directores de escola receberiam prémios, os maus correriam o risco de ser despedidos.

A fórmula parece que funcionou bem em Nova Iorque, mas em Portugal seria inaplicável sem a adopção de medidas como as que propus relativas à autonomia das escolas - associada a uma maior responsabilização dos seus dirigentes - e à possibilidade de estas poderem contratar os seus professores, usando se necessário incentivos financeiros. Em Portugal os professores continuam a ser colocados centralmente pelo ministério, as escolas só intervêm de forma muito marginal no processo de selecção e não há forma de pagar melhor aos melhores, mesmo que isso estivesse associado à necessidade de continuarem a ser bons, se, por exemplo, fossem jovens com talento. O centralismo da 5 de Outubro e a obsessão sindical por um Estatuto da Carreira Docente uniforme e rígido tornam impossível testar tais medidas.

O único ponto das minhas sugestões que Glaeser não considera é o da maior liberdade de escolha dos pais. Mas ela é fundamental: pais preocupados procuram e valorizam escolas com melhores professores, pais que não podem escolher a escola desresponsabilizam-se ao serem estimulados a depositar os seus filhos na escola que o ministério, do alto da sua sapiência universal, lhes destinou.

Não acredito que estas propostas fossem bem acolhidas pelos sindicatos que temos - como não são pelos sindicatos americanos. Também um tal caminho levaria anos a percorrer e não se conjuga com a urgência de ter resultados "estatísticos" para uso eleitoral. Mas acredito sinceramente que um sistema que aferisse a evolução dos alunos em provas comparáveis seria sempre visto como mais justo pelos professores do que, por exemplo, comprometerem-se com "taxas de sucesso" no início do ano lectivo e, no final, serem avaliados em função de um "sucesso" que podem alcançar pelo caminho mais simples do baixar da fasquia da exigência.

Agradeço pois aos meus anónimos "inimigos de estimação" terem chamado a atenção para um artigo que ajuda a cravar mais alguns pregos no caixão do malfadado Decreto Regulamentar nº2/2008...